



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Atendimento ao Edital nº 1 abril/2009

Aprovado no Colegiado da Unidade de Florianópolis conforme Resolução nº031/08/CUF de
30/10/2008

Aprovado no Conselho Diretor conforme Resolução nº031/08/CD de 04/12/2008

MAIO DE 2009

Atualizado de dados para oferta 2017

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA**



**INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA**

REITORA
CONSUELO APARECIDA SIELSKI SANTOS

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ROSANGELA MAUSER CASAROTTO

PRÓ-REITORA DE ENSINO
NILVA SCHROEDER

PRÓ-REITOR DE RELAÇÕES EXTERNAS
MARCELO CARLOS DA SILVA

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
JESUÉ GRACILIANO DA SILVA

DIREÇÃO DO CAMPUS FLORIANÓPOLIS
CARLOS ERNANI DA VEIGA

DIREÇÃO DO CAMPUS DE SÃO JOSÉ
JORGE LUIZ PEREIRA

DIREÇÃO DO CAMPUS DE JARAGUÁ DO SUL
ROSEMARY MAFFEZZOLLI DOS REIS

DIREÇÃO DO CAMPUS DE CHAPECÓ
JUAREZ PONTES

DIREÇÃO DO CAMPUS CONTINENTE
DANIELA DE CARVALHO CARRELAS

DIREÇÃO DO CAMPUS DE JOINVILLE
PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BONIFÁCIO

DIREÇÃO DO CAMPUS DE ARARANGUÁ
ANDREI ZWETSCH CAVALHEIRO

SUMÁRIO

1	<u>DADOS GERAIS DO CURSO</u>	5
2	<u>JUSTIFICATIVA</u>	5
3	<u>HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO</u>	7
4	<u>OBJETIVOS</u>	9
	4.1 <u>GERAL</u>	9
	4.2 <u>ESPECÍFICOS</u>	9
5	<u>PÚBLICO ALVO</u>	9
	6. <u>CONCEPÇÃO DO PROGRAMA</u>	11
	6.1 <u>ASPECTOS FUNDAMENTAIS</u>	11
	6.2 <u>ABORDAGENS TEÓRICO-PRÁTICAS</u>	13
	6.2.1 <u>Princípios epistemológicos</u>	14
	6.2.2 <u>Princípios Metodológicos</u>	14
	6.2.3 <u>Princípios Dinamizadores</u>	15
	7.....	CA
	<u>RGH HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO</u>	16
8	<u>DESCRIÇÃO DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES DE APOIO À GESTÃO DO CURSO</u>	16
	8.1.....	CA
	<u>RACTERIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR EXECUTORA (EMEX)</u>	16
	8.2 <u>CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO PÓLO DE APOIO (EMPA)</u>	17
	8.3 <u>CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E GERENCIAMENTO DAS TIC'S (EMAG)</u>	17
	8.4 <u>PERFIL ACADÊMICO DO COORDENADOR GERAL DO PROJETO</u>	17
	8.5 <u>PAPEL DOS ATORES DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES</u>	18
	8.5.1 <u>Coordenador Geral</u>	18
	8.5.2 <u>Coordenador Pedagógico</u>	18
	8.5.3 <u>Coordenador Administrativo</u>	18
	8.5.4 <u>Pedagogo</u>	19
	8.5.5 <u>Suporte Técnico em TI</u>	19
	8.5.6 <u>Secretário do EMEX</u>	19
	8.5.7 <u>Coordenador de Pólo de Apoio Presencial</u>	20
	8.5.8 <u>Tutor Presencial</u>	20
	8.5.9 <u>Tutor de Laboratório</u>	21
	8.5.11 <u>Secretário do EMPA</u>	21
	8.5.12 <u>Técnico em Informática</u>	21

8.5.13	<u>Bibliotecário</u>	21
8.5.14	<u>Professor/Conteudista</u>	22
8.5.15	<u>Tutor a Distância</u>	22
8.5.16	<u>Revisor de Texto</u>	23
8.5.17	<u>Editor/Diagramador</u>	23
8.5.18	<u>Técnico Audiovisual</u>	23
8.5.19	<u>Técnico em Informática</u>	23
8.5.20	<u>Sistema de Tutoria e Acompanhamento dos Tutores</u>	23
9	<u>PERÍODO E PERIODICIDADE</u>	23
9.1	<u>CRONOGRAMA DO CURSO</u>	24
10	<u>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</u>	25
10.1	<u>ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</u>	25
10.2	<u>UNIDADES CURRICULARES E EMENTAS</u>	29
11	<u>CORPO DOCENTE</u>	40
12	<u>METODOLOGIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</u>	40
13	<u>ATIVIDADES COMPLEMENTARES</u>	41
14	<u>INTERDISCIPLINARIDADE</u>	41
15	<u>TECNOLOGIA</u>	41
16	<u>INFRA-ESTRUTURA FÍSICA</u>	41
16.1	<u>UNIDADE DE FLORIANÓPOLIS</u>	42
16.2	<u>AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM</u>	43
16.3	<u>PÓLO DE APOIO PRESENCIAL</u>	43
16.3.1	<u>Gestão do Pólo de Apoio Presencial</u>	44
17	<u>INSCRIÇÕES E SELEÇÃO</u>	44
18	<u>SISTEMAS DE AVALIAÇÃO</u>	44
19	<u>CONTROLE DE FREQUÊNCIA</u>	46
20	<u>MONOGRAFIA</u>	46
20.1	<u>CARGA HORÁRIA</u>	47
20.2	<u>ORIENTAÇÃO DA MONOGRAFIA</u>	47
20.3	<u>DEFESA DA MONOGRAFIA</u>	47
21	<u>CERTIFICAÇÃO</u>	48
22	<u>INDICADORES DE DESEMPENHO</u>	48
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	49
	<u>ANEXO I</u>	50
	<u>ANEXO II</u>	53

1 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do curso	Especialização em Gestão Pública
Área do conhecimento	Gestão
Forma de oferta	Ensino a Distância
Responsável pelo projeto	Maurício Gariba Júnior
Unidade de Ensino	Florianópolis
Edital Universidade Aberta do Brasil	PNAP
Legislação Interna	Resolução nº 31 de 30/10/2008 do Colegiado do Campus Florianópolis e Resolução nº 31 de 04/12/2008 do Conselho Diretor do IF-SC
Legislação Externa	Resoluções nº 1 de 03/04/2001 e nº 01, de 08/06/2007 CNE/CES e Parecer CNE/CES 0207/2003.

- **Modalidade:** Pós Graduação – Especialização em Gestão Pública.
- **Habilitação / Certificação:** Na conclusão do curso o aluno receberá o diploma do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Gestão Pública.
- **Número de alunos por polos:** 50 alunos.
- **Pólos:** Cachoeira do Sul (RS), Canelinha (SC), Joinville (SC), Laguna (SC), Palmitos(SC), Palhoça(SC), São José (SC) e Tapejara (RS).
- **Turno de Atendimento *On-line*:** Quarta-feira, noturno: das 18:30h às 22:00h.
- **Periodicidade:** Semanal.

2 JUSTIFICATIVA

O futuro do mercado de trabalho é campo de amplas discussões em diversos setores e países. Sabe-se que não existem respostas precisas para todas as questões levantadas como, por exemplo, quais as qualificações necessárias nos próximos anos. Por outro lado, se percebe uma necessidade de qualificação premente aos profissionais de organizações públicas, provocadas por mudanças no gerenciamento e controle dessas instituições. O IF-SC, inserido nesse contexto de transformações percebe as necessidades internas e externas de qualificação de recursos humanos na área de Gestão.

No cenário atual, o fortalecimento das instituições deve passar pela adaptação às inovações tecnológicas e por um esforço dos profissionais para incorporarem novas práticas gerenciais e inovações tecnológicas de modo que acompanhem os avanços nos processos de

gestão das organizações. Várias pesquisas internacionais confirmam que países industrializados de sucesso apresentam um alto nível de qualificação da população economicamente ativa, que integram a Educação Geral, a formação profissional e os setores produtivos.

Os avanços tecnológicos têm estabelecido freqüentes mudanças qualitativas e quantitativas no mundo do trabalho, fazendo com que uma parcela considerável da população seja excluída do processo produtivo.

A adoção de ferramentas de gestão e controle modernos muda radicalmente a forma de se trabalhar. A introdução de novos instrumentos e métodos provoca o fortalecimento da gestão de processos, exigindo novas capacidades dos profissionais, destacando-se a do pensamento lógico-abstrato e de criatividade, para resolução dos problemas, na medida em que essa base científica opere basicamente através de símbolos e do pensamento criativo e analítico. Moraes (2004, p.27) diz que:

A tarefa na gestão está baseada na reflexão e na criação de idéias que orientem as atividades em direção a consecução dos resultados empresariais. Ela não está baseada no esforço físico e nas habilidades manuais. A essência do trabalho dos gestores não está, no uso da força física, “na transpiração”, está “na inspiração”, está no uso da teoria, dos conceitos, dos conhecimentos, na experiência, do esforço criativo para produzir resultados. Por isso, o desempenho do gestor deve ser avaliado pela produção de resultados que contribuem para os objetivos empresariais e não pela realização de tarefas.

Devido ao desenvolvimento tecnológico e da implantação de processos e mecanismos de controle e auditoria pelos órgãos competentes, os sistemas de gestão das instituições públicas necessitam cada vez mais, além de processos modernos, de pessoas altamente qualificadas para propor soluções aos problemas encontrados. Um processo profissionalizado dá à instituição condições para se inserir no mundo globalizado, proporcionando versatilidade gerencial que pode responder às demandas da sociedade.

Constata-se, com clareza, a necessidade de oferecimento de cursos específicos na área de gestão, onde as tendências administrativas apontam para necessidades profissionais mais especializadas.

O Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Gestão Pública propõe atualizar e especializar os profissionais, de forma que possam desenvolver novos conhecimentos e utilizar as tecnologias mais recentes em seu ambiente de trabalho, na gestão de organizações públicas, capacitando-o a entender e atuar em gestão de processos e de projetos e na resolução de problemas inerentes às atividades de gestão, objetivando qualificação especializada na gestão pública.

Um fato importante é que as Instituições de Ensino Superior, de um modo geral, nos seus cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) não têm enfoque prático ou aplicado. Com isso se forma uma lacuna no aprendizado. Pode-se citar como exemplo a procura por cursos especiais de curta duração na área de gestão, que são oferecidos por diversas instituições e empresas.

Considerando a necessidade de atualização na área de gestão dos profissionais que atuam em organizações públicas da região, destaca-se que o formato deste curso permite atender esta situação. Finalmente, outro importante fator a considerar é a existência no IF-SC de servidores com qualificação para atender essa demanda e o que colabora muito para a qualidade do curso é o nível de escolaridade/formação dos docentes que irá compor o quadro de professores.

3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC), que no final do ano de 2008, por intermédio da lei 11.892 foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia é uma instituição pública e gratuita que tem por finalidade dar formação e qualificação para profissionais de diversas áreas nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade. Sua **missão** é “Gerar e difundir conhecimento tecnológico e formar indivíduos capacitados para o exercício da cidadania e da profissão” e como visão de futuro “Consolidar-se como Centro de Referência na Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Santa Catarina” e tem como meta implantar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IF-SC).

O IF-SC possui campus em Florianópolis (Centro), Florianópolis (Continente), Jaraguá do Sul, Joinville, São José, Chapecó e Araranguá. Em 2009, o IF-SC passa por uma nova etapa de expansão, prevista para ser concluída em 2010, com a implantação dos campi em Itajaí, Gaspar, Lages, Criciúma, Canoinhas, Xanxerê, São Miguel do Oeste e da unidade Bilíngüe Libras-Português (especializada na educação de surdos, em Palhoça), além de pólos presenciais em Caçador, Laguna e Urupema. Assim o IF-SC, vai atender todo o estado de Santa Catarina numa perspectiva de formação profissional consistente e articulada aos anseios da sociedade catarinense, dessa forma se propõe a estruturar e ofertar o Curso de Especialização em Gestão Pública. Em dezembro de 2007 possuía 4.208 alunos e com as novas unidades do processo de expansão, em 2008, foram mais 300 alunos e com vasta expansão para 2009.

A antiga Escola Técnica Federal de Santa Catarina, transformada em CEFET pelo Decreto Presidencial de 26 de março de 2002, efetivada como instituição de ensino superior pelo Decreto 5.225, de 1º de outubro de 2004 e em 29 de dezembro de 2008 convertida em Instituto Federal modificou a partir de então o seu perfil de atuação e, a par de todas as dificuldades encontradas, vem se colocando como referência em seus cursos técnicos e cursos superiores de tecnologia, bem como, ampliando sua área de atuação os cursos de graduação. Oferece também, desde 2003, ensino médio para jovens e adultos e a partir de 2005 cursos técnicos e nível médio integrados ao ensino médio, na modalidade de Jovens e Adultos.

Oferece quatro cursos de Pós-graduação, modalidade presencial: Curso de Pós- Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Gestão Pública, Especialização em Desenvolvimento de Produtos Eletrônicos Digitais, Especialização em Educação de Surdos e Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao ensino médio na modalidade de jovens e adultos.

Na modalidade à distância, trabalha com um curso de graduação em Gestão Pública, desde de junho de 2007, pelo edital primeiro da Universidade Aberta do Brasil.

A estrutura organizacional do IF-SC, bem como sua natureza, finalidade, características e objetivos seguem um padrão definido pelo MEC para as instituições federais de educação tecnológica. O regimento dessas instituições foi concebido e formalizado no bojo da Lei 11.892/2009 de 29 de dezembro

de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IF-SC têm seus objetivos definidos no artigo 3º de seu Regimento:

- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e
- investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica a educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Na área de pesquisa desenvolve projetos em parceria com empresas, fundações e instituições públicas e privadas, se destacando nas áreas de indústria, informática, telecomunicações e educação. A **meta institucional** é que toda a comunidade acadêmica direcione seus esforços rumo ao cumprimento da missão institucional e da visão de futuro que é a **implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

O curso tem como objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais e do Magistério Superior.

4.2 ESPECÍFICOS

- a) Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- b) Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal;
- d) Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

5 PÚBLICO ALVO

O curso destina-se a portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública. Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- a. Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiros setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- b. Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;
- c. Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;
- d. Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

O Curso permitirá o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (*chats*), estudo de *cases*, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
- Aumento da capacidade de liderança na organização por intermédio da participação em trabalhos em equipe;
- Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a *performance* organizacional;
- Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;

- Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de *cases*.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado ao Curso de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizado ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta "personalidade dinâmica e flexível" – traço essencial na garantia de um *bom* desempenho do profissional da gestão – é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma "visão estratégica dos negócios públicos", o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos "comportamentais" e "de contexto", exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus "recursos" humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da "coisa pública" de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

6. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

6.1 ASPECTOS FUNDAMENTAIS

Com a justificativa de um Estado mais enxuto e eficiente, o Governo Collor patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em “Estado mínimo”, inspirado no *new public management*. A partir de então, houve uma redução do quadro de funcionários via aposentadorias precoces. Com a reforma administrativa no início do governo FHC, em 1995, desenha-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista verificado no Brasil até o final dos anos 1980.

O Governo Lula, que teve início em 2003 e se estenderá até 2010, estão recompondo o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, implantou: a) reformas do modelo de gestão pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (BRANDIÃO; PALASSI; FERREIRA, 2007).

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado no âmbito federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista e com conhecimento em logística para atender, principalmente, às áreas de educação e saúde, que respondem por 34% e 21%, respectivamente, do total de servidores da União, segundo dados da ENAP. Nessas áreas há programas importantes e de grande magnitude – como a distribuição de material escolar, pelo MEC, e de preservativos, retrovirais e medicamentos, pelo Ministério da Saúde – que necessitam de competência específica em logística para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais. No caso da estrutura administrativa, é sabido que os governos estaduais ainda não introduziram as mudanças necessárias para exercer o novo papel do Estado no Brasil, como revela Abrucio (2005). A formação de redes é uma possibilidade – com várias experiências positivas – de induzir o desenvolvimento regional a partir do esforço conjunto. Dos 5.564 municípios brasileiros – com 4,5 milhões de servidores – a maioria não possui economias de escala para alavancar o desenvolvimento de áreas prioritárias, como saneamento, habitação, manutenção de vias públicas urbanas e rurais.

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado;

d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

O plano diretor ou estatuto da cidade, na forma como é concebido no Brasil, revela-se como um grande plano estratégico; nesse caso, é preciso que o mesmo tenha um tratamento do tamanho de sua importância, tanto na elaboração quanto na sua implantação. Por um lado, a gestão da receita municipal exige conhecimento mais aprofundado de tributação; por outro, licitações e contratações, aliadas à administração de projetos compõem o lado dos gastos. Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere Banco Mundial (2006).

As diretrizes do Programa devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- a)** Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer;
- b)** Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular do Programa de Especialização em Gestão Pública é concebida, inspirado em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

6.2 ABORDAGENS TEÓRICO-PRÁTICAS

Para tanto, esta proposta para os Cursos de Especialização em Gestão Pública a distância traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- a)** Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;

- b)** Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
- c)** Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- d)** Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- e)** Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorizar a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a auto-avaliação.

Há três princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

6.2.1 Princípios epistemológicos

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos através de duas dimensões:

- a)** Dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico- metodológicos das áreas e unidades curriculares ligadas às ciências que integram o currículo do curso;
- b)** Dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Administração Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública, e Módulos Específicos, contemplando quatro áreas de concentração, abrangendo a esfera pública geral ou municipal, a gestão de organização de saúde pública, a organização escolar pública.

6.2.2 Princípios Metodológicos

Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

- a) **Historicidade** é vista como característica das ciências. Através desse conceito espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;
- b) **Construção** é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos;
- c) **Diversidade** é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos político na ação administrativa.

6.2.3 Princípios Dinamizadores

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática; ou seja, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade educacional.

Como o Programa será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.

7 CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO

Conforme a Resolução n. 001/01 do CNE/CES, o aluno deverá cumprir no mínimo a carga horária de 360 horas, seguida do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Monografia).

O Curso de Especialização em Gestão Pública terá uma carga horária total de 570 horas, distribuídas em 4 (quatro) Módulos: Nivelamento (30h), Formação Teórica (210h), Formação Específica (210h) e Monografia (120h).

O tempo de duração total do curso é de 18 (dezoito) meses, sendo 12 (doze) meses de integralização das Unidades Curriculares e 6 (seis) para o desenvolvimento da monografia.

8 DESCRIÇÃO DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES DE APOIO À GESTÃO DO CURSO

Para a operacionalização deste Curso de Especialização em Gestão Pública, na modalidade a distância, o IF-SC contará com três equipes multidisciplinares conforme descrição a seguir:

- Equipe Multidisciplinar Executora (EMEX)
- Equipe Multidisciplinar do Pólo de Apoio (EMPA)
- Equipe Multidisciplinar para Produção de Material Didático e Gerenciamento das TIC's (EMAG)

8.1 CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR EXECUTORA (EMEX)

A EMEX desenvolverá suas atividades no campus de Florianópolis do IF-SC e terá a incumbência de gerir todas as atividades concernentes as questões pedagógicas e administrativas do Curso de Especialização em Gestão Pública. Será composta por:

- Coordenador Geral (1)
- Coordenador Pedagógico (1)
- Coordenador Administrativo (1)
- Pedagogo (1)
- Suporte Técnico em TI (1)
- Secretária (1)

8.2 CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO PÓLO DE APOIO (EMPA)

Haverá uma EMPA em cada um dos Pólos de Apoio Presencial e terá a incumbência de gerir todas as atividades concernentes as questões pedagógicas e administrativas naquele Pólo. Será composta por:

- Coordenador do Pólo (1)
- Tutor Presencial (2 por unidade curricular obedecendo a proporção de 20 alunos por tutor)

- Tutor de Laboratório (1)
- Secretária (1)
- Técnico em Informática (1)
- Bibliotecária (1)

8.3 CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E GERENCIAMENTO DAS TIC'S (EMAG)

A EMAG desenvolverá suas atividades no campus de Florianópolis do IF-SC e terá a incumbência de produzir o material didático e gerir as tecnologias de informação e comunicação. Terá assessoria direta da EMEX, especialmente dos coordenadores pedagógico e administrativo e do pedagogo. Será composta por:

- Professor/Conteudista (1 por unidade curricular)
- Tutor a Distância (1 por polo presencial)
- Revisor Textual (2 por módulo)
- Diagramador (1)
- Design Instrucional (1)
- Técnico em Audiovisual (1)
- Técnico em Informática (1)

8.4 PERFIL ACADÊMICO DO COORDENADOR GERAL DO PROJETO

Maurício Gariba Júnior

Graduação em Engenharia Elétrica – UFSC Mestrado
em Engenharia de Produção – UFSC Doutorado em
Engenharia de Produção – UFSC

Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IF-SC desde 1988, desenvolvendo, além das atividades de ensino, assessoria,, chefia de departamento, coordenação de cursos e inclusive de pós-graduação. Coordenador da CPA, na gestão 2004- 2006, tendo participado da elaboração do instrumento de avaliação institucional. Coordenador do Curso de Pós Graduação Especialização em Gestão Pública. Participa, desde 2002, de comissões de avaliações externas da SETEC/MEC, tanto credenciamento, autorização e reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia. E, a partir de 2006 como Avaliador Institucional e dos Cursos de Graduação pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A tese de doutorado, em Engenharia de Produção, propôs, aplicou e validou um modelo de avaliação de Cursos Superiores de Tecnologia, utilizando uma ferramenta de gestão, o *benchmarking*. Possui publicações na área de educação à distância, educação profissional e tecnológica, empreendedorismo, avaliação e tecnologia da informação e comunicação.

8.5 PAPEL DOS ATORES DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES

A atribuição de cada um dos atores que compõe a EMEX do Curso de Especialização em Gestão Pública está apresentada a seguir:

8.5.1 Coordenador Geral

- Gerir e controlar todo o processo de desenvolvimento do curso;
- Articular as equipes multidisciplinares em consonância com o estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso

8.5.2 Coordenador Pedagógico

- Gerir as questões pedagógicas do curso atualizando-as quando necessário;
- Orientar o professor e tutores quanto aos aspectos metodológicos e avaliativos;
- Acompanhar e orientar pedagogicamente a produção de material didático;
- Acompanhar o processo de ensino e aprendizagem nas duas vertentes: docente e discente;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas propostas para cada unidade curricular;
- Demais atividades relacionadas às questões pedagógicas do curso.

8.5.3 Coordenador Administrativo

- Gerir as questões administrativas do curso atualizando-as quando necessário;
- Controlar a elaboração de material didático;
- Coordenar a logística de envio de material didático aos Pólos de Apoio Presencial (PAP);
- Acompanhar e orientar administrativamente a produção de material didático;
- Coordenar o processo de administração acadêmica do curso em parceria com os Coordenador de PAP's;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades administrativas propostas para cada unidade curricular;
- Demais atividades relacionadas às questões administrativas do curso.

8.5.4 Pedagogo

- Participar da concepção e elaboração do projeto do curso;
- Assessorar o professor conteudista no planejamento e organização das disciplinas;
- Avaliar e orientar a organização do material didático;
- Participar da avaliação do curso;
- Acompanhar o processo de orientação e aprendizagem do aluno;
- Encaminhar pesquisas acadêmicas sobre o processo de orientação e aprendizagem;
- Demais atividades relacionadas às questões pedagógicas do curso, em conjunto com o Coordenador Pedagógico do curso.

8.5.5 Suporte Técnico em TI

- Participar da concepção e elaboração do projeto do curso, no que tange aos aspectos tecnológicos;
- Assessorar a EMEX nas questões relacionadas às tecnologias da informação e comunicação;

8.5.6 Secretário do EMEX

- Controlar e organizar os registros acadêmico-administrativos do curso, em consonância com a Gerência Educacional;
- Assessorar os coordenadores do EMEX e dos PAP's, nas questões de gestão administrativa e pedagógica do curso.

A atribuição de cada um dos atores que compõe a EMPA do Curso de Especialização em Gestão Pública está apresentada a seguir:

8.5.7 Coordenador de Pólo de Apoio Presencial

- Gerir as questões administrativas e pedagógicas do curso atualizando-as quando necessário;
- Orientar os tutores presencial e de laboratório para o desenvolvimento adequado das atividades;
- Estabelecer e coordenar as atividades necessárias às funções de secretaria, de laboratório de informática e biblioteca;
- Acompanhar o processo de ensino e aprendizagem nas duas vertentes: docente e discente;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas propostas para cada unidade curricular em articulação com os coordenadores pedagógico e administrativo da EMEX;
- Demais atividades relacionadas às questões pedagógicas e administrativas do curso.

8.5.8 Tutor Presencial

- Conhecer Projeto Político Pedagógico do Curso;
- Ser um mediador entre o estudante e material didático e atividades práticas de laboratório;
- Estimular, motivar e orientar os alunos a desenvolverem suas atividades acadêmicas e de auto-aprendizagem;
- Planejar e organizar as ações de orientação da aprendizagem;
- Realizar os encontros presenciais com os alunos, em grupo para orientação, troca de experiências, confronto de idéias e busca de soluções;
- Assessorar e mediar o processo de aprendizagem do aluno considerando o ritmo e estilo de aprendizagem de cada um;

- Possibilitar aos alunos procedimentos reflexivos e fundados em conceituações teóricas consistentes;
- Avaliar o processo de aprendizagem do aluno, em articulação com o professor e tutor a distância;
- Manter o professor conteudista, o tutor a distância e o pedagogo informados sobre o nível de preparação e desenvolvimento dos alunos;
- Acompanhar as interações dos alunos por meio da lista de discussões, fóruns e sala de bate-papo da unidade curricular, auxiliando o professor conteudista e tutor a distância na condução desses recursos;
- Suscitar interesse pela investigação e uso de bibliotecas e laboratórios;
- Realizar sistematicamente exercícios de auto-avaliação, discussão de resultados de avaliações propostas nos encontros presenciais;
- Orientar trabalhos escolares e atividades complementares;
- Participar das reuniões com o professor conteudista e tutor a distância para acompanhamento e avaliação dos resultados da unidade curricular;
- Participar das reuniões técnico-pedagógicas do curso.

8.5.9 Tutor de Laboratório

- Conhecer Projeto Político Pedagógico do Curso;
- Preparar os laboratórios para atendimento das atividades dos alunos.
- Assessorar os alunos no cumprimento de suas atividades nas aulas práticas de laboratório e no desenvolvimento de projetos.
- Auxiliar os alunos na utilização do ambiente de aprendizagem.
- Estar disponível para atendimento aos alunos nos horários pré-estabelecidos.
- Manter o tutor presencial informado sobre a participação e empenho dos alunos nas atividades práticas.
- Trabalhar nos encontros presenciais.
- Participar das reuniões com o professor conteudista, tutor a distância e tutor presencial, para acompanhamento e avaliação dos resultados da unidade curricular.
- Participar das reuniões técnico-pedagógicas do curso.

8.5.10 Secretário do EMPA

- Controlar e organizar os registros acadêmico-administrativos do curso, em articulação com o coordenador do pólo e tutor presencial;
- Assessorar o coordenador do EMPA nas questões de gestão administrativa e pedagógica do pólo.

8.5.11 Técnico em Informática

- Preparar, organizar e manter o laboratório de informática, para atendimento às atividades do curso.

8.5.12 Bibliotecário

- Preparar, organizar e controlar o acervo bibliográfico, para atendimento às atividades do curso;
- Orientar o corpo discente nas atividades de pesquisa.

A atribuição de cada um dos atores que compõe a EMAG do Curso de Especialização em Gestão Pública está apresentada a seguir:

8.5.13 Professor/Conteudista

- Selecionar o conteúdo a ser apresentado em sua unidade curricular;
- Organizar o conteúdo em aulas, módulos e/ou tópicos;
- Elaborar as atividades didático-pedagógicas concernentes a unidade curricular;
- Dirimir dúvidas dos tutores presenciais e a distância e dos estudantes a respeito do conteúdo e das atividades didáticas;
- Participar das reuniões pedagógicas e dos trabalhos dos órgãos colegiados do curso;
- Planejar e organizar as ações educativas junto ao coordenador do pedagógico do curso;
- Elaborar e disponibilizar material didático, procurando aperfeiçoá-lo constantemente;
- Assessorar e acompanhar o trabalho dos tutores presencial e a distância;
- Acompanhar as interações dos alunos por meio da lista de discussões, fóruns e sala de bate-papo da unidade curricular;
- Propor atividades de extensão e pesquisa em EAD;
- Dispor de horário específico de permanência para atendimento aos tutores presencial, de laboratório e a distância de forma presencial.

8.5.14 Tutor a Distância

- Colaborar com o Professor/Conteudista na organização dos conteúdos das unidades curriculares e módulos.
- Participar das reuniões pedagógicas e dos trabalhos dos órgãos colegiados do Curso.
- Planejar e organizar as ações educativas junto ao professor/contеudista;
- Disponibilizar material didático;
- Assessorar e acompanhar o trabalho do professor/contеudista e tutores presencial e de laboratório;
- Acompanhar as interações dos alunos por meio da lista de discussões, fóruns e sala de bate-papo da disciplina.

- Acompanhar atividades de extensão e pesquisa em EaD, propostas pelo professor/conteudista;

8.5.15 Dispor de horário específico de permanência para atendimento as necessidades pedagógicas da unidade curricular.

8.5.16 Revisor de Texto

- Revisar a produção do material textual nos aspectos de linguagem e adequação à ABNT, em articulação com os coordenadores pedagógico e administrativo e o pedagogo.

8.5.17 Editor/Diagramador

- Fará a editoração e diagramação do material textual, em articulação com os coordenadores pedagógico e administrativo.

8.5.18 Técnico Audiovisual

- Proverá condições adequadas para os momentos de interação presencial e a distância, no tocante a utilização do aparato tecnológico.

8.5.19 Técnico em Informática

- Implementar e manter operacional o ambiente virtual de aprendizagem e demais tecnologias de informação e comunicação;
- Fornecer suporte ao desenvolvimento do material didático em meio eletrônico.

8.5.20 Sistema de Tutoria e Acompanhamento dos Tutores

Tanto na interação presencial quanto à distância o papel do tutor é fundamental posto que a tutoria é elemento essencial no processo de aprendizagem a distância e agente direto de interação entre professor e conteúdo.

A formação do tutor terá suas bases na formação do professor/conteudista, porém com especificidades relacionadas com: questões sócio-afetivas, estratégias de contato e de interação com os alunos, mediação pedagógica à distância; Novas Tecnologias da Comunicação e Informação, prática tutorial. Ao final, os tutores receberão certificado da instituição.

O processo de acompanhamento das tutorias dar-se-á por meio de reuniões de feedback com o professor/conteudista, os coordenadores administrativo e pedagógico, além dos tutores.

9 PERÍODO E PERIODICIDADE

O Curso terá uma duração de 18 (dezoito) meses, incluindo cumprimento das Unidades Curriculares e elaboração de monografia. Para o desenvolvimento dos conteúdos serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos:

- a) Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina;
- b) ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares;
- c) encontros presenciais;
- d) sistema de acompanhamento (tutoria)

O IF-SC, por intermédio da UAB/MEC, disponibilizará aos estudantes a estrutura existente nos Pólos, com infra-estrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação, biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

Ao longo do Curso, haverá encontros presenciais para finalização de uma Unidade Curricular – momento este em que se realizará a avaliação da mesma. Além disso, os docentes, durante a realização da sua Unidade Curricular deverão visitar pelo menos um pólo de apoio presencial, momento que servirá para discussões temáticas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentação de trabalhos.

- **Início previsto: OUTUBRO de 2017**
- **Término previsto: ABRIL de 2019**
- **Duração do curso: 18 meses**

9.1 CRONOGRAMA DO CURSO

Módulo	Unidade Curricular - UC		CH	Previsão Data		
				Aulas	Provas	Meses
Abertura	Aula Inaugural		2h	18/10/2017	-	Outubro
Nivelamento	01	Introdução a Informática e Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem	30h	25/10/17 a 15/11/17 <i>4 semanas</i>	15/11/17 UC1	Outubro Novembro
Fundamentação Teórica	02	Estado, Governo e Mercado	30h	22/11/17 a 20/12/17 <i>5 semanas</i>	20/12/17 UC 2 e 3	Novembro Dezembro
	03	O Público e o Privado na Gestão Pública	30h		<i>2ª chamada UC1</i>	
	<i>Intervalo fim de ano</i>			<i>21/12 a 16/01</i>		
	04	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30h	17/01/18 a 14/02/18 <i>5 semanas</i>	14/02/18 UC4 e 5	Janeiro Fevereiro
	05	Políticas Públicas	30h		<i>2ª chamada UC 2 e 3</i>	
	06	Planejamento Estratégico Governamental	30h	21/02/18 a 21/03/18	21/03/18	

	07	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30h	5 semanas	UC 6 e 7 2ª chamada UC 4 e 5	Fevereiro Março
	<i>Recuperação UCs 1,2,3,4, e 5</i>		<i>28/03/18</i>			
	08	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30h	04/04/18 a 25/04/18 4 semanas	25/04 UC 8 2ª chamada UC 6 e 7	Março Abril
Formação Específica	09	Plano Plurianual e Orçamento Público	45h	02/05/18 a 23/05/18 4 semanas	23/05/18 UC 09 2ª chamada UC 8	Abril Maio
	10	Comportamento Organizacional	30h	30/05/18 a 27/06/18 5 semanas	27/06/18 UC 10 e 11 2ª chamada UC 9	Maio Junho
	11	Cultura e Mudança Organizacional	30h			
	<i>Recuperação UCs 6,7,8,9</i>		<i>04/07/18</i>			
	<i>Intervalo meio de ano</i>		<i>28/06 a 16/07</i>			
	12	Gestão Operacional	45h	17/07/18 a 08/08/18 5 semanas	08/08/17 UC 12 2ª chamada UC 10 e 11	Julho Agosto
	13	Gestão de Redes Públicas de Cooperação	30h	15/08/18 a 12/09/18 5 semanas	12/09/18 UC 13 e 14 2ª chamada UC 12 e 13	Agosto Setembro
14	Gestão Logística	30h				
Monografia	15	Metodologia Científica	60h	19/09/18 a 17/10/18 5 semanas	17/10/18 UC 15 e 16 2ª chamada UC 13 e 14	Setembro Outubro
	16	Elaboração do TCC	60h			
	<i>Recuperação UCs 10,11,12,13 e 14 Segunda chamada Ucs 15 e 16</i>		<i>24/10/18</i>			
<i>Recuperação Ucs 15 e 16</i>		<i>31/10/18</i>				
TCC		Desenvolvimento do TCC e Preparação Banca		18/10/18 a 20/03/19		Outubro Março

10 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pós-graduação *lato sensu* – Especialização – em Gestão Pública

10.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso, com uma carga horária total de 570 horas, terá a sua organização curricular estruturada em quatro módulos: **Módulo 1, NIVELAMENTO; Módulo 2, FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA; Módulo 3, FORMAÇÃO ESPECÍFICA;** e por fim o **Módulo 4, MONOGRAFIA.**

A função do Módulo 1 é propiciar aos estudantes um nivelamento do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) que serão ferramentas importantes durante o transcorrer do curso, como: planilha eletrônica; editor de texto; editor de apresentação; Internet e suas ferramentas; ambiente virtual de ensino-aprendizagem (Moodle) e outras.

O Módulo 1 será composto por 1 (uma) Unidade Curricular denominada de Introdução a Informática e Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem – AVEA com uma carga horária de 30 horas.

Módulo 1	UNIDADE CURRICULAR	PROFESSOR	CH
NIVELAMENTO	Introdução a Informática e Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA)	A definir	30
	TOTAL		30h
<p>Competências: Conhecer, interpretar e aplicar ferramentas de tecnologia de informação e comunicação (TICs). Conhecer os fundamentos de Informática; da Arquitetura de computadores; dos sistemas operacionais e das redes de computadores, - Conhecer e aplicar o Ambiente Virtual de Ensino- Aprendizagem (AVEA), Moodle.</p>			

O objetivo do Módulo 2 é possibilitar aos estudantes uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

O Módulo 1 será composto por 7 (sete) Unidades Curriculares, de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Módulo 2	UNIDADE CURRICULAR	PROFESSOR	CH
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	Estado, Governo e Mercado	A definir	30
	O Público e o Privado na Gestão Pública	A definir	30
	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	A definir	30
	Políticas Públicas	A definir	30
	Planejamento Estratégico Governamental	A definir	30
	O Estado e os Problemas Contemporâneos	A definir	30
	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	A definir	30
	TOTAL		210h

Competências:

- Conhecer as relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas.
- Analisar criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.
- Conhecer as diferenças entre a esfera privada, que é âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração Pública e age o gestor público.
- Compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.
- Compreender as duas faces da Política Pública: a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (*policy*) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (*politics*).
- Aprimorar competências gerenciais, direcionando à melhoria de processos e à otimização dos resultados organizacionais.
- Analisar o contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas neles focalizadas, seja por meio da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.
- Conhecer a natureza técnico-instrumental no âmbito da problemática da gestão estratégica, tática e operacional, com particular destaque para os elementos de recursos informacionais no contexto do desenvolvimento de sistemas de avaliação de desempenho mais eficazes.
-

O Módulo 3 será composto por 4 (quatro) Unidades Curriculares de 30 horas e 2 (duas) de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Módulo 3	UNIDADE CURRICULAR	PROFESSOR	CH
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Plano Plurianual e Orçamento Público	A definir	45
	Comportamento Organizacional	A definir	30
	Cultura e Mudança organizacional	A definir	30
	Gestão Operacional	A definir	45
	Gestão de Redes Públicas de Cooperação	A definir	30
	Gestão Logística	A definir	30
		TOTAL	210h

Competências:

- Conhecer a natureza técnico-instrumental, no âmbito do funcionamento organizacional, com particular destaque para os instrumentos de gestão do Estado, no contexto não só do financiamento da capacidade governativa do plano, mas também da revisão das políticas de governo.
- Conhecer a natureza técnico-instrumental relativos à problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos de natureza comportamental no contexto do desenvolvimento de uma governança auto-sustentável face à valorização dos ambientes externos das organizações.
- Conhecer a natureza técnicos instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos da cultura e mudança organizacional, no contexto da implementação de uma governança que seja efetiva face à alternância dos projetos políticos de governos.
- Conhecer a natureza técnica instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para elementos que viabilizam a execução do plano de ação, sejam elas caracterizadas como contínuas ou situacionais no contexto das estruturas públicas e sociais de acompanhamento, avaliação e controle voltadas para: (1) a conformidade das ações realizadas, (2) e a aprendizagem relativamente ao Plano.
- Possibilitar a incorporação da gestão de redes públicas de cooperação nas organizações públicas.
- Compreender as atividades de logística de uma empresa, utilizando as metodologias e tecnologias atualizadas de gestão e identificando oportunidades de redução de custos, aumento da qualidade dos serviços em geral e aumento da qualidade de cumprimento do prazo.

O Módulo 4, com uma carga horária de 120h prepara o estudante a elaborar o trabalho de conclusão de curso, no caso a monografia.

Módulo 4	UNIDADE CURRICULAR	PROFESSOR	CH
MONOGRAFIA	Metodologia Científica	A definir	60
	Elaboração do TCC	orientador	60
	TOTAL		120h

Competências:

- Conhecer e desenvolver trabalhos didático-científicos em consonância com as normas e legislação vigente.
- Desenvolver o trabalho de conclusão de curso (monografia).

10.2 UNIDADES CURRICULARES E EMENTAS

MÓDULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Unidade	Ementa	B
<p>Introdução a Informática e Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA)</p>	<p>Fundamentos de Informática (Fundamentos de Informática; Arquitetura de computadores; Fundamentos de sistemas operacionais e redes de computadores).</p> <p>Internet (Conceitos básicos de Internet e evolução da Internet; Estrutura dos Serviços na Internet; Alguns Serviços Disponíveis (WWW, FTP, Grupos de Discussão, Listas de Discussão, ICQ, Correio Eletrônico, Vídeo e Voz, Sistemas de Busca)).</p> <p>Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) (Conceitos básicos e evolução; Estrutura básica de um Ambiente Virtual de Aprendizagem; Apresentação dos principais AVAs disponíveis na Internet; Comparação entre os AVAs). MOODLE (Conceitos básicos; Por que o MOODLE é diferente?; Estrutura e funcionalidades; Usando o MOODLE no Curso de Especialização em Gestão Pública; Projeto: Planejamento e implantação de um curso no MOODLE.</p>	<p>COUTINHO, M. A. Internet como ferramenta de ensino. Revista Linhas Críticas. Universidade de Brasília, UnB. Vol 8, n. 8, Jan – Jul 2000. p. 55-69.</p> <p>FILHO, Santana; VIEIRA, Oséas. Introdução a Internet: tudo o que você precisa saber para navegar bem. São Paulo: SENAC 2001.</p> <p>PULINO FILHO, Athail R. Moodle: um sistema de gerenciamento de cursos. UnB. Disponível em: <http://aprender.unb.br>. Acesso em: 01 d março de 2006.</p>

Unidade Curricular	Ementa	B
<p>Estado, Governo e Mercado</p>	<p>Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (Przworsky, 1995) e liberais (Sartori, 1997).</p> <p>Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (Bobbio, 1983; Guiddens, 1996; Anderson, 1996).</p>	<p>ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Qual socialismo? São Paulo: Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa? p. 55-74.</p> <p>GUIDDENS, Anthony. Para além de esquerda e direita. São Paulo: UNESP, 1996. Introdução p. 9 -30.</p> <p>HAM, Cristopher; HILL Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).</p> <p>O’DONNELL, G. Anotações para uma teoria do Estado. In: Revista de Cultura e Política, nº4, 1981.</p> <p>OSZLAK, O. Estado y sociedad:¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia: Revista del CLAD. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61</p> <p>PRZWORSKY, Adam. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital” - p. 87-115.</p>

Unidade Curricular	Ementa	B
<p>Público e o Privado na Gestão Pública</p>	<p>As relações entre o público- privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público.</p> <p>Os princípios norteadores do serviço público; poderes e deveres do administrador público.</p> <p>As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.</p> <p>Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; Novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania; inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia</p>	<p>BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.</p> <p>CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: Revista Diálogo Jurídico, nº 16, Salvador, 2007. Disponível em: http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMA_VERSÃO.pdf</p> <p>MEIRELLES, Helly Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.</p> <p>NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. <i>Direitonet</i>, 2005. Disponível em: http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/</p> <p>PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. In: RAP, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.</p>

Unidade Curricular	Ementa	Bi
<p>Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro</p>	<p>Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político- administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI . Federalismo e governo de elites na primeira República; Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945); Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946- 1964); Autoritarismo e redemocratização.</p>	<p>ABRUCIO, Fernando L. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”, p.59-108.</p> <p>BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilheim e Sachs (Org.). Brasil: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.</p> <p>DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E.; AZEVEDO, S. (Org.). Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: UnB, 1997.</p> <p>FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: DADOS, vol. 38, nº3, 1995.</p> <p>LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.</p> <p>MARTINS, Luciano. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. São Paulo: Paz e Terra, 1985.</p> <p>SANTOS, Wanderley G. <i>Cidadania e justiça</i>. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap I e II, p.</p> <p>SOARES, Gláucio Ary Dillon. Sociedade e política no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.</p> <p>SOUZA, Maria C. C. Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, “Os mecanismo da centralização” p. 83-104.</p>

Unidade Curricular	Ementa	Bibliografia
<p>Políticas Públicas</p>	<p>A análise de políticas públicas e seus problemas; As mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil; Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.</p>	<p>COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999. DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: Papyrus, 1996. DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. Lua Nova, nº. 31, 1993, p. 5-46. DUNN, William N. Public Policy Analysis: An Introduction. 3rd. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004. DYE, Thomas R. Understanding Public Policy. 11th.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005. ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. Lua Nova, nº. 40/41, 1997, p.193-215. GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, nº. 23, jun 2001. LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. Lua Nova, nº. 45, 1998, p. 187-204. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: Cadernos ENAP, nº.13, 1997, p. 79-112. MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: Estudos Avançados (USP), vol.5, nº. 13, 1991, p. 7-47. MENY, Yves e THOENIG, Jean-Claude. Las Políticas Públicas. Madrid: Ariel, 1992. MISHRA, Ramesh. O Estado-Providência na Sociedade Capitalista. Portugal: Celta Editora, 1995. NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Brasília: ENAP, 1997. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152. PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. Basic Methods of Policy Analysis and Planning. 2nd ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993. RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de Políticas Sociais. São Paulo: Cortez, 1999. SAMPAIO Jr. Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999. SUBIRATS, Joan. Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994. VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: Revista de Administração Pública, vol. 30, nº. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.</p>

Unidade Curricular	Ementa	Bibliografia
Planejamento Estratégico Governamental	Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.	<p>ALMEIDA Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica, 2004 (Mimeo).</p> <p>CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. In: Revista do Serviço Público, Ano 54, Número 1, jan-mar 2003.</p> <p>ETKIN, Jorge. Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones. Buenos Aires, Prentice Hall, 2000.</p> <p>FISCHMANN, Adalberto A. e ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento Estratégico na Prática. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>LIMA, Blanca Olias de (Coord). La Nueva Gestión Pública. Pearson Educación S. A. Madrid, 2001.</p> <p>MATUS Carlos. Adeus Senhor Presidente: governantes governados, São Paulo: Fundap, 1996. p.19-70.</p> <p>MATUS Carlos. O método PES. São Paulo: Fundap, 1995, pp.51-100.</p> <p>MINTZEMBERG, Henry. Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico. São Paulo, Bookman, 2004. p.183-256.</p> <p>MINTZEMBERG, Henry. Safári de Estratégia. São Paulo: Bookman, 1999. MINTZEMBERG, Henry; Jan Jorgensen. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: Gestión y Política Pública, vol. IV, num. 1, México, primer semestre de 1995. OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas. SP: Atlas, 1988</p>

Unidade Curricular	Ementa	Bibliografia
O Estado e os problemas contemporâneos	<p>Problemas de cunho sócio-econômico como os relacionados à distribuição de renda e riqueza, à geração de trabalho e renda, à inclusão social, à realização de reformas, ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados.</p> <p>As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e</p>	<p>KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São paulo: Cortez ; Brasília : UNESCO, 2001. Cap. 3, "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?", p.69-103.</p> <p>ITUASSU Arthur & ALMEIDA Rodrigo (org.) O Brasil tem jeito? Vol.2: Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.</p>

Unidade Curricular	Ementa	Bibliografia
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	<p>Avaliações – tipologias, sistemas, processos e requisitos de recursos informacionais;</p> <p>Indicadores – conceitos, critérios, classificações e utilização; Processo de elaboração – gestão do ciclo de vida, análise custo- benefício da produção e utilização de indicadores.</p> <p>Indicadores brasileiros – bases de</p>	<p>GASPARINI, Liz V. L. Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável: um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional. Florianópolis : UFSC, 2003.</p> <p>JANNUZZI, Paulo. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.</p>

MÓDULO 2: FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM GESTÃO PÚBLICA

Unidade Curricular	Ementa	Bibliografia
Plano Plurianual e Orçamento Público	<p>Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF.</p> <p>Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade.</p> <p>PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais.</p> <p>Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão. A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais.</p> <p>O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.</p>	<p>ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: São Paulo em Perspectiva, 2004.</p> <p>BIN, D e CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório: Estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: Revista de Administração Contemporânea, v.11, n.3, Jul/Set. 2007 p.p. 35-56.</p> <p>GIACOMONI, James. Orçamento Público. Atlas. S. Paulo, 2005.</p> <p>LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, nº 26, jun/dez 2003.</p> <p>SIQUEIRA, Thales R. O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais: um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.</p> <p>SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias, ano 8, nº 16, julho/dezembro 2006, p.p. 20-45. Porto Alegre, 2006</p> <p>SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: São Paulo em Perspectiva, Dezembro 2001, Vol 15, nº 4, p.p. 84-97 S. Paulo, 2001.</p>

Unidade Curricular	Ementa	Bibliografia
Comportamento Organizacional	Abrangência do CO, micro, meso e macrocomportamento organizacional, no fortalecimento da governança das organizações. Poder e Cultura na institucionalização das redes organizacionais federativas. Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas. Conflito e negociação no desenvolvimento da governança. Poder, autoridade e teorias abrangentes de	BOWDITCH, James L & Buono Anthony F. Buono. Elementos de Comportamento Organizacional . Pioneira. S. Paulo, 1992 DAFT, Richard L. Organizações Teorias e Projetos . Pioneira. Thomson Learning. S. Paulo, 2002. MORGAN, Gareth. Imagens da Organização . Atlas. São Paulo, 1996. NADLER, David A & Gerstein, Marc & Shaw, Robert B. Arquitetura Organizacional . Campus. Rio de Janeiro, 1994. ROBBINS, Stephen P. Comportamento Organizacional . Pearson Prentice Hall, 2005

Unidade Curricular	Ementa	Bibliografia
Cultura e Mudança Organizacionais	Mudanças Organizacionais: fatos geradores, tipologias e modelos básicos de gestão de mudanças. Os processos de institucionalização em órgãos públicos: a cultura brasileira, e a descontinuidade administrativa. Governabilidade, Projetos de Mudanças e resistências culturais das estruturas existentes. Mudanças, desenvolvimento organizacional e aprendizagem nas organizações públicas. Comunicação – fator estratégico na implementação de mudanças.	CLEGG, Stewart R., Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. In: Revista de Administração de Empresas . São Paulo, v. 32, n.5, Nov/Dez. 1992. FREITAS, Maria E. Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos . São Paulo; Makron, McGraw-Hill, 1991. FREITAS, Maria E., Cultura organizacional – grandes temas em debate. In: Revista de Administração de Empresas . São Paulo, jul/set. 1991. FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. Cultura e poder nas organizações . Rio de Janeiro, Atlas, 1991. FLEURY, Maria Tereza Leme. Estória, mitos heróis – cultural organizacional e relações de trabalho. In: Revista de Administração de Empresas . São Paulo, out/dez. 1987. KRAUSZ, Rosa R. Compartilhando o poder nas organizações . São Paulo: Nobel, 1991. LIMA, Suzana Maria Valle (Org.). Mudança Organizacional: teoria e gestão . FGV Editora. Rio de Janeiro, 2003 MORGAN, Gareth. Imagens da organização . São Paulo: Atlas, 1996. OLIVEIRA, Marco Antônio G. Como entender a cultura organizacional . São Paulo: Nobel, 1988. THÉVENET, Maurice. Cultura de empresa, auditoria e mudança . Ed. Monitor. Tradução: Lemos Azevedo. Out. 1989. TAVARES, Maria das Graças de Pinho. Cultura organizacional – uma abordagem antropológica da mudança . São Paulo. Qualitymark, 1991.

Unidade Curricular	Ementa	Bibliografia
Gestão operacional	<p>Controle pela Sociedade e pelo Estado e a prestação de contas da administração pública.</p> <p>A gestão de processos e projetos e os dispositivos normativos dos sistemas estruturadores das áreas de apoio à execução.</p> <p>Gestão de Demanda e de Capacidade instalada na prestação de serviços públicos.</p> <p>Gestão de conformidade e de riscos operacionais face às restrições de recursos.</p> <p>Controladoria e Sistemas de Informações – o uso intensivo de soluções de TIC internamente e nas relações com agentes, intervenientes e sociedade em geral.</p>	<p>ROBBINS, Stephen P. O Processo Administrativo – Integrando a Teoria e Prática. Atlas. S. Paulo, 1980.</p> <p>VALERIANO, Dalton L. Gerência em Projetos. Makron Books. S. Paulo, 1998.</p>

Unidade Curricular	Ementa	Bibliografia
Gestão de redes públicas de cooperação	<p>Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, o respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios</p>	<p>BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin & ECCLES, Robert G.(ed.) Networks and organizations: structure, form, and action. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.</p> <p>CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. (Coords.) Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.</p> <p>MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28 setembro de 2.001, São Paulo, 2001.</p> <p>MILES, Raymond E. & SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: California management review. California, Vol. XXVIII, N°. 3, p. 62-73, spring 1986.</p> <p>TEIXEIRA, Francisco (Org). Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.</p>

Unidade Curricular	Ementa	Bibliografia
Gestão logística	Introdução a Logística. Sistema logístico: relacionamento com fornecedores e clientes internos. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Gestão de estoques. Gestão de materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos) de serviços. A integração do sistema logístico com os demais sistemas da unidade.	<p>ABDALA, E. C. Investigação e análise estratégica do processo de seleção de fornecedores quanto ao estabelecimento de relações de parceria. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.</p> <p>BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: Planejamento, Organização e Logística empresarial. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001. 532 p.</p> <p>BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D.; COOPER, M. B. Gestão logística de cadeia de suprimentos. Porto Alegre. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>CHOPRA, S.; MEINDEL, P. Gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Pulo, Prentice Hall, 2003.</p> <p>MOURA, R. A. Sistemas e técnicas de movimentação e armazenagem de materiais. São Paulo, IMAN, 1998.</p> <p>TAYLOR, D. A. Logística na cadeia de suprimentos: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005</p>

Unidade Curricular	Ementa	Bibliografia
Metodologia Científica	O papel da ciência e o conhecimento. Metodologia Científica. Pesquisa e Projeto Científico. Estrutura e orientações de trabalhos didáticos. Normas complementares para elaboração de trabalho de conclusão de curso.	<p>GIL, A. C. Metodologia da Pesquisa. SP: Atlas, 1989.</p> <p>_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 20 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p>

11 CORPO DOCENTE

O corpo docente (professores conteudistas) do curso será constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação, conforme estabelece a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.

A seleção dos docentes que ministrarão as Unidades Curriculares será por intermédio de edital interno organizado pelo IF-SC, e que levará em conta alguns critérios:

- Dispor de horário específico de permanência para atendimento ao aluno de forma presencial.
- Possuir no mínimo especialização na área do curso;
- Apresentar disponibilidade para se dedicar, em tempo exclusivo, ao cumprimento das tarefas que compõem suas atividades;
- Demonstrar possuir os conhecimentos necessários às funções que desempenhará;
- Aceitar participar, como cursista, de uma capacitação em Educação Aberta e a Distância.

No caso de não preenchimento da totalidade das vagas, selecionar-se-á profissionais de outras Unidades do IF-SC, de outras instituições de ensino ou ainda estudantes de programas de pós-graduação *strictu sensu*, conforme legislação em vigor.

12 METODOLOGIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As práticas pedagógicas buscarão o desenvolvimento de competências por meio da aprendizagem ativa do aluno, com a construção dos seus conhecimentos, utilizando as metodologias: material impresso nos pólos, material multimídia e utilização do ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*, elaboração e apresentação de trabalhos com *videoconferência*, pesquisas, projetos, seminários, estudos de caso, *internet*, *chats*, fóruns de discussão, trabalhos em grupo, pesquisas na rede mundial de computadores, metodologia de projetos, metodologia de resolução de problemas, estudo dirigido, entre outros.

A integração teoria-prática é proposta a partir de problemas em situações reais; reflexão-ação-reflexão da prática vivenciada; estudos de caso; realização de oficinas.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São atividades complementares ao curso de especialização: participação nas atividades de intercâmbio regional e nacional; participação em listas de discussão virtual destinadas a fomentar as trocas de experiências e conhecimentos entre cursistas e professores dos cursos de especialização; além de participação em outros eventos afins e adequados ao momento do curso.

13 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade deve ser construída pela equipe pedagógica na organização curricular do curso, desenvolvida pelos professores conteudistas no material didático, materializada e vivida pelos orientadores e estudantes nos momentos presenciais. Tem-se como objetivo principal propiciar ao estudante abordagem integradora entre os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento e diante de uma realidade sistêmica e complexa.

14 TECNOLOGIA

O Curso, oferecido na modalidade de educação a distância, para possibilitar processos interativos entre os sujeitos envolvidos no curso, deverá contar com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com material impresso e em linguagem html e, se possível, com videoconferência.

O material didático principal será o impresso, composto por Textos de Apoio elaborados especificamente para esse curso. Os professores conteudistas poderão indicar Leituras Complementares (Textos, artigos, programas, filmes), que serão disponibilizadas no AVA, além de alguns exemplares estarem disponíveis na biblioteca dos Pólos.

15 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Para a realização do curso o IF-SC, campus de Florianópolis, dispõem de dois ambientes com 50 computadores, videoconferência, *webcam* e outros ligados à rede *Internet*; já disponibilizados pela instituição quando do primeiro curso à distância do Edital 1 da UAB.

Além disso, o campus de Florianópolis, contará com uma biblioteca e livros nas diversas áreas do conhecimento, dissertações e teses na área de Gestão Pública.

15.1 CAMPUS DE FLORIANÓPOLIS

A infra-estrutura para coordenação do Curso Especialização em Gestão Pública contará com uma sala de coordenação para atividades administrativas, de planejamento e tutoria. Para atividades de Produção e execução de projetos são utilizados outros ambientes como sala de aula equipada com multimídia, sala de videoconferência (em implantação), multimeios (reprografia, videografia, fotografia...), suporte técnico e de redes, laboratórios de ensino e de pesquisa para produção multimídia, além da infra-estrutura dos laboratórios da unidade.

O IF-SC conta com um auditório de 155,43 m², climatizado e com tratamento acústico comportando confortavelmente 141 pessoas sentadas. Está prevista a seguinte estrutura:

- Sistema de videoconferência multiponto para auditório, com recursos de Webcasting e vídeo streaming, composto dos seguintes componentes: MCU integrada, codec com suporte a comunicação IP e ISDN, câmera de vídeo, teclado sem fio, sistema operacional, controle remoto, microfone de mesa, software de gerenciamento, manuais e cabos. A solução deverá atender a pelo menos 7 nós.
- Sistemas de videoconferência (rede remota), com recursos de vídeo streaming, composto dos seguintes componentes: unidade set-top, controle remoto, microfone de mesa, manuais e software.
- Televisores de 34 polegadas;
- Conference Bridge, para integração de grupos de participantes remotos em uma sessão de videoconferência, atuando com servidor de conferência multiponto e gatekeeper e sistema de gerenciamento de acesso.
- Microcomputador portátil;
- Projetores multimídia;
- Câmera digital (camcorder), padrão miniDV, com conexão firewire e saída de vídeo MPEG4;
- Câmera de documentos para sala de videoconferência;
- Telas de projeção;
- Microfones de lapela e sem fio;
- Servidor de rede (Webserver).

Trabalha com os protocolos H.320 (comutação por circuito ISDN, de 128 k, podendo chegar a 512 k, permitindo contato com mais outros 7 pontos simultaneamente) ou por rede H. 323 (LAN/via IP – ponto a ponto).

15.2 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O IF-SC utiliza atualmente dois ambientes de aprendizagem: e-Proinfo e Moodle e realiza estudos sobre outras.

Para o curso optou-se pelo Moodle tendo em vista ser *Open Source*, tem como grande vantagem a simplicidade de uso. Sua interface é simples, mas, bem estruturada. Várias experiências práticas anteriores demonstraram sua adequabilidade às necessidades didáticas, de comunicação e gestão do curso, bem como ao perfil de um público-alvo com diferentes níveis de experiência no uso da Internet.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem oferece um conjunto de ferramentas computacionais que permitem a criação e o gerenciamento de cursos a distância, potencializando processos de interação, colaboração e cooperação e reunindo, numa única plataforma, possibilidades de acesso online ao conteúdo de cursos. Oferece, também, diversos recursos de comunicação/interação/construção entre aluno e professor, aluno e tutor, aluno e conteúdo, aluno e aluno.

A plataforma Moodle demonstra ser bastante adequada ao propósito do Curso de Especialização em Gestão Pública, pois disponibiliza diferentes ferramentas para alunos e formadores.

Tais ferramentas são: agenda, Tarefas, Material de Apoio; Leituras; Perguntas Frequentes; Pesquisa de Opinião, Fóruns de Discussão; Bate-Papo; Correio; Questionários, Pesquisa de Avaliação, Acessos; Trabalho com Revisão; Administração do Curso; Suporte e Autenticação de acesso.

15.3 PÓLO DE APOIO PRESENCIAL

O edital da UAB definiu o pólo de apoio presencial como: “estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de curso, consórcio, rede ou sistema de educação a distância, bem como com o apoio dos governos municipais e estaduais”. Isso significa, fundamentalmente, um local estruturado de modo a atender adequadamente estudantes do Curso de Especialização em Gestão Pública. Será o local onde o estudante terá acesso local à biblioteca, laboratório de informática, ter atendimento de tutores, assistir a aulas, realizar práticas de laboratórios, dentre outros. Em síntese, o pólo é o “braço operacional” da instituição de ensino superior na cidade do estudante ou mais próxima dele.

Estudos comprovam que o pólo de apoio presencial cria as condições para a permanência do aluno no curso, criando um vínculo mais próximo da IES, valorizando a expansão, interiorização e regionalização da oferta de educação superior pública e gratuita. Assim, o pólo de apoio presencial poderá constituir-se, em curto prazo, centro de integração e desenvolvimento regional e de geração de empregos.

Nesse sentido, os pólos para este Curso estão assim projetados:

- Sala de aula com capacidade para 40 alunos para encontros presenciais/ realização de provas;
- Ambiente com capacidade de 40 alunos para interações síncronas, com equipamento de videoconferência instalado;
- Link para acesso a Internet banda larga com no mínimo 2 Mbps de velocidade;
- Laboratório de informática com pelo menos 25 microcomputadores, com kit multimídia (autofalantes, microfone e webcam).
- Ambiente de tutoria com microcomputador e acesso a Internet;
- Biblioteca com o acervo recomendado;
- Infraestrutura física (secretaria, área de convivência, sanitários)

16.3.1 Gestão do Pólo de Apoio Presencial

A gestão do Pólo deverá envolver a administração municipal e o IF-SC com o devido acordo expressado em convênio formal.

Operacionalmente a gestão acadêmica e administrativa será feita pelo coordenador do pólo e tutores presenciais selecionados por processo seletivo e coordenados pelo IF-SC que será, por sua vez, responsável pela capacitação e acompanhamento dos trabalhos realizados pelo coordenador e tutores do pólo.

16 INSCRIÇÕES E SELEÇÃO

As inscrições para o processo seletivo serão realizadas nos pólos de apoio presencial conforme calendário a ser definido pelo IF-SC.

No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar: formulário de inscrição devidamente preenchido, fotografia 3x4 (recente); diploma de graduação, *Curriculum Vitae* no modelo *Lattes*, datado e assinado pelo candidato, carta de intenção, segundo padrão estabelecido pela comissão de seleção.

Os candidatos serão selecionados em acordo com critérios estabelecidos por um Edital elaborado e aprovado por Comissão de Seleção. Os critérios são: ser funcionário público, trabalhar com Administração Pública, carta de intenção em sintonia com a proposta do Curso de Especialização em Gestão Pública.

17 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação no processo de construção do conhecimento neste Curso pretende ser um instrumento que possibilite a identificação do desenvolvimento de competências (atitudes, conhecimentos e habilidades) do aluno e que forneça elementos para orientações necessárias, complementações, enriquecimento no processo dessa construção. O parâmetro para a avaliação terá como fundamento o perfil profissional delineado para o egresso.

Por concepção e aqui validada, a avaliação propõe-se a ser uma reorientação do aluno no desenvolvimento das aprendizagens e aos professores, no replanejamento de suas atividades. É, pois processual como ferramenta construtiva que promove melhorias e inovações, com vistas ao aperfeiçoamento da aprendizagem dos alunos. Isso significa dizer, enfim, que o processo de avaliação deve garantir aos alunos meios que lhes permitam sanar dificuldades evidenciadas e realizar as aprendizagens em níveis crescentes de desenvolvimento.

Na avaliação em EAD, da mesma forma, esse processo ganha relevância, já que a partir do ritmo do aluno, ela alavancará a tomada de decisões do professor para adotar atividades de reforço; modificar suas posturas na interação com o aluno, fornecer ajudas simples, melhores explicações, exemplos e situações; aprofundar questões, proporcionar desafios; desenvolver episódios para a aprendizagem e, inclusive, considerar o aluno apto em relação ao conteúdo ou habilidade trabalhados.

A partir dos resultados obtidos, o agente proporcionará feedback tanto para o aluno como para o professor, propiciando que ambos façam sua auto-avaliação, ou seja, o julgamento de seu próprio desempenho nas atividades realizadas.

Ao aluno que não conseguir construir a competência no tempo previsto será dada a possibilidade de desenvolver estudos paralelos, com o acompanhamento do tutor presencial, do tutor a distância, sob orientação do professor.

Os instrumentos de avaliação serão utilizados de acordo com a natureza da Unidade Curricular e, de maneira geral, englobarão: trabalhos em equipe, portfólio, webfolio, pesquisas, provas e testes dirigidos presenciais e a distância, projetos chats, fóruns de discussão e relatórios.

A avaliação da aprendizagem discente será feita de forma on-line e presencial, conforme prevê a legislação, considerando os seguintes aspectos e instrumentos:

- a participação do aluno nas atividades on-line em contato com os professores especialistas;
- a participação nas atividades de comunicação nas atividades síncronas e assíncronas propostas no ambiente virtual;
- a percepção, pelos tutores, do aproveitamento individual de cada aluno;
- a execução e entrega das tarefas propostas como complemento das atividades individual e/ou em grupo;

- as provas escritas de caráter individual e presencial, instrumento obrigatório em todas as disciplinas, serão escritas e predominantemente constituídas de questões de resposta construída, que exijam elaboração própria.

Para essa avaliação, o professor utilizará os critérios previstos na Organização Didática da Unidade de Florianópolis. O resultado da avaliação de cada Unidade Curricular será expresso por conceitos: E: Excelente, P: Proficiente, S: Suficiente, I: Insuficiente.

- na primeira aula, o professor deverá apresentar aos alunos o Plano de Ensino de sua Unidade Curricular;

- os trabalhos e/ou exercícios propostos para cada Unidade Curricular deverão ser concluídos dentro dos prazos estabelecidos pelos professores.

O aluno será aprovado no curso se obtiver conceito E, P, ou S em cada Unidade Curricular cursada e frequência conforme item 17, a seguir.

18 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O aluno será aprovado no curso se satisfizer concomitantemente, às seguintes condições: frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nos encontros presenciais obrigatórios das unidades curriculares do curso.

19 MONOGRAFIA

A Monografia será o Trabalho de Conclusão deste Curso e compreenderá um projeto de pesquisa-intervenção desenvolvido ao longo do curso, organizado com foco num determinado problema e objeto de análise. Expressará os processos de aprendizagem, o comprometimento pessoal e o envolvimento discente no projeto de pesquisa-intervenção.

A monografia elaborada pelo participante deve abordar um tema relevante para o setor público. O tema é aprovado pelo coordenador do curso e pelo orientador escolhido pelo aluno. Durante o desenvolvimento do projeto, cada participante terá o apoio metodológico e conceitual de um professor orientador do curso ou do IF-SC.

Como resultado do projeto, o participante deve propor o caminho para a solução de um problema e/ou uma oportunidade para um setor da atividade pública, com base em discussão aprofundada sobre a questão.

A aprovação do projeto é determinante para a conclusão da Pós-Graduação em Gestão Pública. O trabalho aprovado é apresentado pelo participante na Unidade Curricular Monografia. Conforme a proposta do Curso e os parâmetros estabelecidos pelo MEC/CAPES o professor poderá orientar no máximo 10 estudantes.

Conforme a Resolução nº. 1 de 8 de junho de 2007 do Conselho Nacional de Educação, a defesa da monografia será presencial e individual.

19.1 CARGA HORÁRIA

A carga horária total da Monografia será de 60h, distribuídas em 6 (seis) meses.

19.2 ORIENTAÇÃO DA MONOGRAFIA

O professor orientador será convidado pelo aluno, e poderá ser docente do próprio Curso ou preferencialmente fazer parte do quadro efetivo do IF-SC. A qualificação mínima exigida aos professores orientadores do curso é o título de mestre, ou grau equivalente, obtido em cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Em caráter excepcional, poderão orientar trabalhos de final de curso profissionais que possuam alta qualificação, por sua experiência e conhecimentos especializados, comprovados por meio de *curriculum vitae* e desde que sua qualificação seja julgada suficiente pela Coordenação do Curso.

19.3 DEFESA DA MONOGRAFIA

Para apresentação da Monografia, deverá o aluno, dentro dos prazos estabelecidos pelo projeto de Curso, satisfazer os seguintes itens: ter integralizado todos os créditos ou carga horária total; preencher formulário específico para apresentação.

Para fins de apresentação da Monografia, o aluno deverá encaminhar, à Coordenação do Curso, no mínimo 03 (três) exemplares da Monografia junto com o formulário para apresentação, no prazo máximo de 06 (seis) meses, após a conclusão das componentes curriculares da estrutura do Curso.

A apresentação da Monografia será para uma Banca Examinadora constituída pelo professor orientador e por no mínimo 2 (dois) membros convidados pelo orientador em comum acordo com o aluno.

A data para a apresentação da Monografia será fixada pelo Coordenador do Curso, ouvido o orientador e realizada no pólo de apoio presencial.

Após a apresentação da Monografia e feitas as devidas correções, quando necessárias, deverá o aluno encaminhar à Coordenação do Curso, 2 (dois) exemplares da versão final (uma cópia física e uma outra cópia digital).

Na avaliação da Monografia será atribuído o conceito conforme previsto na organização didática da Unidade de ensino.

20 CERTIFICAÇÃO

Ao final do curso, que inclui as componentes curriculares e a Monografia, o aluno receberá do IF-SC o certificado de Especialização em Gestão Pública, conforme modelo do Anexo I e poderá solicitar o Histórico Escolar (Anexo II).

21 INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicadores do IF-SC, conforme previsto pela respectiva CPA com base no SINAES. Indicadores apontados pelo Roteiro Básico da Comissão SESU/INEP:

Número de alunos formados: 480

Índice máximo de evasão admitido: 15%

Produção Científica: Todos os alunos concluintes do Curso de Especialização em Gestão Pública devem elaborar monografia científica de conclusão de curso e apresentá-la à Banca Examinadora. Essa banca será constituída de professor orientador e dois convidados.

Média de desempenho de alunos: a avaliação de conteúdos de cada Unidade Curricular será feita por conceitos, seguindo os moldes de avaliação (conforme Regime Escolar da Instituição).

Número mínimo de alunos para manutenção da turma: 75% do número total de alunos que iniciaram o curso.

Número máximo de alunos por turma: (40 alunos)

Grau de aceitação de alunos ao curso: (Conforme item avaliação Institucional)

Florianópolis, maio de 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

BANCO MUNDIAL. **Brasil: elementos de uma estratégia de cidades**. *Document of the World Bank*. Relatório N° 35749-BR. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>. Acesso em 12/07/2008.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (org.). **Escola básica na virada do século**: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. In: **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, 2001. Disponível em: http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf. Acesso em: 12 jul. 2008.

ANEXO I

Curso de Especialização em Gestão Pública – Lato Sensu Aprovado pela
Resolução nº 70/2005/CD
Período do Curso: 2007/2008
Número Total de Horas/Aula: 480 h + 60 h monografia Título da Monografia:

Aluno:
Filiação:
Data de Nascimento: Natural de: Nacionalidade:

Ministério da Educação Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – IF-SC
DADOS DO REGISTRO
Processo nº PG xxxx-xxxxxxxxxx/xxx Registro nº xx Livro: xx Folhas:xx Florianópolis,
xx/xx/xxxx

Visto: _ Hélio Fausto Pereira Junior
Coordenador de Registro de Diplomas dos Cursos Superiores de Tecnologia
Portaria nº. 923 de 23/09/2008 Publicada no D.O.U. de 24/09/2008 Matrícula: 1554205

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA

CERTIFICADO

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina confere a

XXXXXXXXXX

de nacionalidade *brasileira*, natural do Estado de xxxxxxxxx, carteira de identidade com registro geral número xxxxxxxx / xxxx, nascido em xxxxxxx, o presente CERTIFICADO por haver concluído em xxxxxxxx o Curso de Especialização em Gestão Pública – Lato Sensu.

Florianópolis, xxxxxxxx

Maria Clara Kaschny Schneider
Pró-Reitora de Pós-graduação e Pesquisa do IF-SC
Portaria nº 290 de 04/08/2006
Publicada no D.O.U. em 09/08/2006

Titular

Consuelo Aparecida Sielski Santos
Reitora do IF-SC
Portaria Ministerial nº 1157 de
04/12/2007 Publicada no D.O.U. em

Componente Curricular	Professor	Titulação	Carga Horária	Conceito
Introdução a Informática e Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem			30h	
Estado, Governo e Mercado			30h	
O Público e o Privado na Gestão Pública			30h	
Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro			30h	
Políticas Públicas			30h	
Planejamento Estratégico Governamental			30h	
O Estado e os Problemas Contemporâneos			30h	
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública			30h	
Plano Plurianual e Orçamento Público			45h	
Comportamento Organizacional			30h	
Cultura e Mudança Organizacional			30h	
Gestão Operacional			45h	
Gestão de Redes Públicas de Cooperação			30h	
Gestão Logística			30h	
Metodologia Científica			60h	
Elaboração do TCC			60h	

Fundamentação Legal

- Parecer CNE/CES 908/98 de 02 de dezembro de 1998
- Parecer CNE/CES 263/2006 de 09 de novembro de 2006
- Resolução CNE nº 1 de 3 de abril de 2001 e nº 01 de 8 de junho de 2007

ANEXO II

HISTÓRICO ESCOLAR**Curso de Especialização em Gestão Pública**Nome: **ALUNO ALUNO ALUNO ALUNO ALUNO**Matrícula: : **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**Filiação: **PAI PAI PAI PAI PAI e MÃE MAE MAE MAE MAE**Nascimento: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**Nacionalidade: **brasileira**Naturalidade: **Florianópolis/SC**RG: **XXXXXXXXXXXXXXXX** Órgão Expedidor: **SSP - SC**Aluno admitido por meio de **Processo Seletivo/Vestibular** em .

Nivelamento (30h)					
<i>Unidades Curriculares</i>					
Ano/Sem.	Código	Unidade Curricular	Carga Horária	Conceito	Situação Final
2010/1	IFA30101	Introdução a Informática e Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem	30h	E	APTO
Soma das cargas horárias das unidades com situação final "APTO"			30h		

Fundamentação Teórica (210h)					
<i>Unidades Curriculares</i>					
Ano/Sem.	Código	Unidade Curricular	Carga Horária	Conceito	Situação Final
2010/1	EGM30102	Estado, Governo e Mercado	30h	P	APTO
2010/1	PPG30102	O Público e o Privado na Gestão Pública	30h	P	APTO
2010/1	DME30102	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30h	S	APTO
2010/1	PPU30102	Políticas Públicas	30h	E	APTO
2010/2	PEG30102	Planejamento Estratégico Governamental	30h	P	APTO
2010/2	EPC30102	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30h	E	APTO
2010/2	ISE30102	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30h	S	APTO
Soma das cargas horárias das unidades com situação final "APTO"			210h		

Formação Específica em Gestão Pública (210h)					
<i>Unidades Curriculares</i>					
Ano/Sem.	Código	Unidade Curricular	Carga Horária	Conceito	Situação Final
2010/2	POP30103	Plano Plurianual e Orçamento Público	45h	E	APTO
2010/2	COO30103	Comportamento Organizacional	30h	P	APTO
2010/2	CMO30103	Cultura e Mudança Organizacional	30h	P	APTO
2011/1	GEO30103	Gestão Operacional	45h	S	APTO
2011/1	GRP30103	Gestão de Redes Públicas de Cooperação	30h	E	APTO
2011/1	GEL30103	Gestão Logística	30h	P	APTO
Soma das cargas horárias das unidades com situação final "APTO"			210h		

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome: **ALUNO ALUNO ALUNO ALUNO ALUNO**

Matrícula: : **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Monografia (120h)					
<i>Unidades Curriculares</i>					
Ano/Sem.	Código	Unidade Curricular	Carga Horária	Conceito	Situação Final
2011/1	MEC30104	Metodologia Científica	60h	E	APTO
2011/2	TCC30104	Monografia	60h	P	APTO
Soma das cargas horárias das unidades com situação final "APTO"			120h		

Conceito(s) de Aprovação: E, P, S

Conceito(s) de Reprovação: I

Obs.: MODELO MODELO MODELO MODELO MODELO MODELO MODELO MODELO MODELO MODELO
MODELO MODELO MODELO MODELO MODELO MODELO MODELO MODELO

Florianópolis, 31 de outubro de 2011.

Antônio Pereira Cândido
Chefe do Depto Acadêmico de Saúde e Serviços
Port. nº XXX, de 28/02/2007

Carlos Ernani da Veiga
Diretor-Geral do Campus Florianópolis
Port. nº 260 de 05/04/2007